



Assembleia Municipal

ACTA Nº 04

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de Fevereiro de 2010

Aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2010 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Mário Raul Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias, João Vasco Rodrigues Peixinho, Maria Graciete Agostinho Brito, Joaquim Augusto P. Pais de Azevedo, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Carla Margarida Raposo, Inês Nóbrega D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Joana de Brito Monteiro Serrano, Marco António Heleno Domingos da Silva e Miguel Ângelo Lopes Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

Período de Intervenção do Público

O Presidente da Mesa, Mário Santiago, iniciou os trabalhos dando autorização para a recolha das inscrições para a intervenção do público.

Actas

Não havendo inscrições por parte do público, o Presidente deu início à discussão e aprovação da acta nº3.

Sem intervenções.

A acta foi aprovada por maioria com 2 abstenções das deputadas Ana Margarida do Céu e Carla Raposo.

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção da deputada municipal Graciete Brito que congratulou a Câmara pela organização do Carnaval, e em particular a realização do Carnaval Infantil, que, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, teve a colaboração do Agrupamento de Escolas. No entanto, apesar desta desejável colaboração e do sucesso da iniciativa, a deputada teve conhecimento de um percalço no que toca ao transporte das crianças no regresso para os respectivos estabelecimentos, pelo que pediu explicações ao Executivo sobre o sucedido.

Ainda relacionado com a educação e com as competências da Autarquia na gestão do pessoal não docente, a deputada questionou sobre a mobilidade de funcionários entre as escolas do Agrupamento. A deputada pretende saber se a Câmara já celebrou o protocolo que delega as referidas competências no Agrupamento e, caso ainda não tenha celebrado, por ordem de quem e por que razão se procederam a essas deslocações de funcionários.

Intervenção de Celestino Brasileiro que começou por dar conta da visita que os eleitos pela CDU realizaram ao Concelho a fim de tomarem contacto mais próximo com os problemas concelhios. No decorrer dessa visita, os eleitos deslocaram-se ao local onde se está a implantar o projecto RIPIDURABLE, tendo verificado que o mesmo não se encontra nas melhores condições. O deputado questionou o Executivo sobre as suas intenções relativamente a este projecto.

O deputado referiu-se ainda às propostas do Presidente da Mesa apresentadas em Conferência de Representantes, anunciando que a bancada da CDU já tinha criado um endereço de email para o qual os munícipes podem contactar os eleitos dessa bancada e que tencionava apresentar em breve o horário de atendimento aos munícipes por parte dessa bancada.

Por último, em relação ao Carnaval, o deputado congratulou a organização e louvou o regresso das festividades ao centro da Vila, local próprio destas celebrações.

Interveio em seguida o deputado municipal João de Brito, questionando o Executivo sobre o diferendo entre a Câmara e a Fundação José Relvas no que toca ao Contrato Local de Desenvolvimento Social.

O deputado questionou ainda sobre a posição do Executivo e sobre os possíveis desenvolvimentos no problema do ruído provocado pelos bares do Centro Cívico.

Intervenção do deputado Marco Silva que em nome da Bancada da CDU apresentou uma moção criticando a suspensão dos trabalhos no IC3, no que representa graves prejuízos para o Concelho e para a região.

Intervenção da deputada Joana Serrano que leu um voto de louvor pela criação do secção de Triatlo do Clube Desportivo "Os Águias".

Intervenção do deputado Miguel Eusébio que questionou o Presidente da Câmara sobre o financiamento das obras da Casa dos Patudos.

Em seguida interveio o deputado Henrique Santana que, em nome da bancada da CDU, leu uma recomendação ao Executivo que propunha a reactivação da comissão de toponímia a fim de que esta possa concretizar as propostas apresentadas em mandatos anteriores.

A deputada Inês D'Aguiar pediu a palavra, tendo começado por expressar os votos de rápidas melhoras ao deputado Mário André, ausente por enfermidade. Em seguida a deputada apresentou uma proposta de homenagem aos homens e mulheres alpiarçenses que se destacaram na luta anti-fascista, homenagem a integrar anualmente nas comemorações de 25 de Abril. Para as comemorações do presente ano a deputada propôs que fossem homenageadas as seguintes personalidades: Carlos Augusto Pinhão Correia, Francisco Bonifácio, Maria Albertina Agostinho Sabino, Manuel de Mendes Colhe, Álvaro Favas Brasileiro, António Cavaca Calarrão e António Malaquias Abalada.

Por último interveio a deputada Carla Raposo que leu um voto de pesar pelo falecimento da mãe da deputada municipal Graciete Brito.

Finalizadas as intervenções, passou-se à discussão e votação das moções apresentadas.

A moção sobre a suspensão dos projectos de construção do IC3 e correspondente travessia do Tejo foi aprovada por unanimidade.

Sobre o voto de louvor à criação da equipa de Triatlo dos Águias de Alpiarça pronunciou-se a deputada Graciete Brito que manifestou a intenção da sua bancada votar a favor desta moção, acrescentando que todas as iniciativas que venham valorizar a nossa terra no âmbito cultural e desportivo são meritórias, congratulando por isso o Clube Desportivo "Os Águias".

Posto à votação, o voto de louvor foi aprovado por maioria com 1 abstenção por parte do deputado Henrique Santana.

O deputado Henrique Santana fez declaração de voto, justificando a sua abstenção na sua condição de Presidente do clube visado.

Passou-se à discussão e votação da moção relativa à homenagem aos homens e mulheres alpiarçenses que lutaram contra o regime fascista, com a proposta por parte do Presidente da Mesa de proceder a uma votação individualizada para cada um dos nomes citados pela deputada Inês D'Aguiar.

A deputada Graciete Brito, conquanto considere justa a medida, entende que também existiram outras personalidades em Alpiarça que se destacaram pela luta anti-fascista e que por algum motivo abandonaram a dada altura o Partido Comunista. A deputada é da opinião de que todas essas pessoas deviam ser homenageadas e não apenas aquelas que fizeram parte do Partido Comunista, citando por exemplo o nome de António Jorge.

Interveio em seguida o membro João de Brito para se manifestar favorável a esta proposta. O deputado lamenta no entanto que só agora se faça a homenagem merecida ao Sr. Carlos Pinhão, falecido em 1995, e que muito fez por Alpiarça. Evocou ainda o nome do Dr. Raul Neves, ausente desta lista.

Intervenção de Inês D'Aguiar que lembrou que uma das pessoas de que a deputada Graciete Brito falou, o Sr. António Conceição Jorge, já tinha sido agraciada pelo município em 2005 com a Medalha da Liberdade. Em relação ao critério que levou à escolha destes nomes, a deputada explicou que o critério é somente o da luta pela liberdade e que a homenagem não se esgota em 2010 com a escolha destes nomes. A intenção é fazer uma homenagem individualizada, pelo que seria impossível homenagear num só ano todos os combatentes anti-fascistas que Alpiarça teve.

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação em separado de cada um dos nomes propostos.

Todos foram aprovados por maioria com 6 abstenções da bancada do PS.

Passou-se à votação do voto de pesar pelo falecimento da mãe da deputada municipal Graciete Brito.

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

A deputada Graciete Brito agradeceu a unanimidade nesta votação.

O Presidente da Mesa deu em seguida a palavra ao Executivo para responder às questões que lhes foram colocadas.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara que, reportando-se à realização dos festejos do Carnaval, se mostrou agradado com a adesão das colectividades do Concelho, bem como com o seu empenho e colaboração extremosa nesta iniciativa. Para o Presidente, o esforço colectivo deu os seus frutos, tendo-se realizado um cortejo no qual participaram 19 carros alegóricos e onde nem a intempérie que se fez sentir demoveu os participantes.

Em relação à pretensa necessidade da formalização da transferência de competências na área da educação da Câmara para o Agrupamento de Escolas, o Presidente afirmou que não considera que tal seja necessário, baseando a sua opinião no que lhe foi transmitido pela Direcção Regional de Educação e pela Comissão de Acompanhamento a este processo de Transferência de Competências. Segundo o Presidente, a gestão do pessoal tal como está a ser feita espelha perfeitamente o espírito da legislação em vigor. Quem está no terreno e gere os processos relativos à educação, gere naturalmente os meios a ela afectos. O Presidente reconhece que o decreto-lei que regula a transferência de competências, Decreto-Lei 144/2008, atribui à Câmara a gestão no que diz respeito à afectação, colocação, homologação da avaliação, etc., mas o sentido estrito da gestão do pessoal cabe sempre à direcção dos agrupamentos, como acontece na maioria dos concelhos onde se fez a transferência de competências.

O Presidente passou a responder à questão relativa ao diferendo da Câmara com a Fundação José Relvas a propósito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS). Com efeito, é público que desde o início deste projecto a Câmara, ainda com o anterior executivo, guardou algumas reservas pela forma como a Fundação José Relvas conduziu a colocação dos meios humanos a afectar a este projecto e a forma como o orçamentou. O Presidente explicou que o processo foi iniciado no Conselho Local de Acção Social, do qual a Câmara Municipal é umas das partes integrantes, e que quando chegou a Reunião de Câmara o Executivo colocou as suas reservas no que diz respeito às remunerações dos técnicos a contratar e das acções a desenvolver. Essas reservas foram remetidas pela Câmara Municipal ao Núcleo Executivo da Rede Social para serem revistas, uma vez que cabe sempre à Câmara da área de implantação deste projecto ratificar o CLDS. Assim, havendo no entendimento da autarquia reformulações a fazer, elas terão de ser atendidas sob pena da paralisação do projecto.

O Presidente prosseguiu explicando que o assunto se tem arrastado com reuniões e discussão sobre estes aspectos. No entanto, a Câmara tem envidado esforços no sentido de conseguir reunir consenso com a Fundação e fazer com que o projecto seja implantado o mais rapidamente possível para benefício do nosso Concelho.

Sobre a questão do ruído emitido pelos bares da zona do Centro Cívico, o Presidente admitiu que essa é uma questão que não tem tido grandes desenvolvimentos. No entanto, deixou a garantia de que a Câmara irá procurar uma solução que passe pelo respeito pelo direito ao descanso, por um lado, e à manutenção do funcionamento dos bares, por outro. Para o efeito o Presidente comprometeu-se em contactar os donos dos bares para discutir o problema.

Em seguida o Presidente respondeu à pergunta que questionava o financiamento das obras dos Patudos. Lembrou que esta obra foi apresentada com grande destaque pelo anterior Executivo, mas a candidatura ao financiamento no âmbito do Quadro de Referência Económica Nacional (QREN), que foi apresentada apenas no dia 8 de Outubro, já depois do arranque das obras, ainda não foi aprovada.

O Presidente traçou o histórico desta candidatura que começou por ser apresentada no dia 8 de Outubro de 2009 na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), entidade que gere a contratualização destes projectos comunitários no âmbito da Lezíria, tendo sido aprovada no dia 27 de Novembro, data em que saiu de Santarém para Lisboa seguindo os procedimentos normais. Aí deu entrada no Instituto de Museus e da Conservação no dia 19 de Dezembro, segundo foi informado o Presidente pelo Secretário de Estado da Cultura, de onde saiu com aprovação no dia 8 de Fevereiro, prazo que, segundo lhe foi comunicado, até foi bastante célere, não fosse a apresentação tardia da candidatura. Entretanto falta ainda a aprovação do Conselho Executivo da CIMLT, o que em princípio acontecerá na próxima quinta-feira, de onde seguirá para a CCDR-Alentejo, entidade que vai aprovar definitivamente esta candidatura na parte que cabe ao financiamento comunitário, o que poderá acontecer já na próxima segunda-feira. Depois ficará ainda a faltar o visto do Tribunal de Contas que permitirá o pagamento das obras.

O Presidente explicou que o problema grave que se põe é que a empresa que está no terreno a trabalhar desde o Verão de 2009 e que já executou obra no valor de mais de 100.000€ ainda não recebeu um único cêntimo, uma vez que sem aprovação do Tribunal de Contas a Câmara não pode pagar, o que coloca a empresa numa situação difícil. O Presidente informou que a Câmara tem reunido com a empresa no sentido de a colocar ao corrente da situação e que esta se tem mostrado compreensiva.

Entretanto a empresa diminuiu o ritmo dos trabalhos até que a situação seja regularizada, uma vez que a fase de obra em que se entraria implicava custos avultados para a empresa.

O Presidente da Mesa deu a palavra à deputada Graciete Brito que reagiu às respostas dadas pelo Presidente da Câmara. No que toca à transferência de competências na área da educação, embora reconhecendo que a gestão diária do pessoal não docente deve ser feita por quem está no terreno, insistiu na ideia de que um protocolo que formalizasse essa opção salvaguardaria muitas situações como a que aconteceu com a deslocação de um funcionário de uma das escolas do agrupamento para outra quando o funcionário tinha muitos anos de serviço nessa escola e com uma prestação que não levantava problemas. Um protocolo poderia especificar em que circunstâncias essa situação poderia acontecer.

Em relação ao financiamento dos Patudos, a deputada perguntou se quando foi da adjudicação da obra o assunto não teria sido aprovado em Reunião de Câmara por unanimidade. Por outro lado, a deputada afirmou que, tanto quanto sabe das candidaturas aos financiamentos comunitários, o facto de uma obra estar iniciada dá um sinal de alguma maturidade e capacidade de quem vai executar uma obra para cumprir a sua parte.

O Presidente da Câmara respondeu à deputada afirmando que, independentemente de tudo, os procedimentos devem ser cumpridos. Em relação à maturidade da Câmara para cumprir a sua parte numa obra, o Presidente afirmou não saber o que isso possa ser.

Interveio em seguida o Vereador Carlos Pereira, que respondeu à questão levantada pela deputada Graciete Brito que dava conta de um alegado percalço no serviço de transporte das crianças no dia do desfile de Carnaval. O Vereador explicou que não teve conhecimento de nenhum percalço, tendo sido efectuado sem problema o transporte das crianças dos Lugares, único compromisso que a Câmara tinha.

Perante insistência da Bancada do PS, o Presidente da Assembleia perguntou a essa Bancada se esta tinha algum dado concreto ou facto para trazer para a discussão.

Interveio a deputada Carla Raposo que afirmou ter recebido da parte da escola uma informação aos encarregados de educação que garantia que as crianças teriam transporte de regresso às escolas. A deputada perguntou se teria havido alguma informação por parte do Agrupamento de Escolas que informasse a Câmara da necessidade de fazer o transporte dessas crianças.

O Vereador respondeu negativamente a esta pergunta.

A deputada Carla Raposo, conquanto admitindo que o transporte foi efectivamente realizado, voltou a insistir que os pais receberam essa informação.

A deputada Inês D'Aguiar pediu a palavra para lembrar que é preciso falar com conhecimento de causa e não por ouvir dizer. Para a deputada não faz sentido levantar um problema e depois reconhecer que ele não existiu, já que afinal o transporte foi realizado como a deputada Carla Raposo acabou de reconhecer. A deputada evocou ainda a sua condição de encarregada de educação para esclarecer o teor da informação que o Agrupamento enviou aos pais. A informação procurava tomar conhecimento dos casos excepcionais de pais que não conseguiriam ir buscar as crianças ao local do desfile, sendo que essas crianças seriam, como forma, transportadas para a respectiva escola.

O Vereador Carlos Jorge Pereira retomou a palavra para responder à questão relacionada com o projecto RIPIDURABLE. O Vereador informou que desde que o novo Executivo tomou posse já se realizaram algumas reuniões com a Dr.^a Ana Mendes, responsável pelo projecto, no sentido de levar esta iniciativa com sucesso até ao fim, até porque é um projecto que interessa ao Concelho de Alpiarça. O Vereador alertou para o facto de existirem muitas coisas relacionadas com o projecto que desapareceram, bem como trabalhos pagos que ainda não foram entregues.

Informou ainda que no dia 12 deste mês a Dr.^a Ana Mendes deslocou-se ao Paul dos Patudos com uma equipa de técnicos para plantar árvores que, segundo comunicaram ao Vereador, deviam ter sido colocadas há dois anos atrás, pelo que dificilmente conseguirão singrar na totalidade.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção da deputada Graciete Brito que pediu esclarecimentos sobre a Comissão Unitária das Mulheres de Alpiarça, entidade referida na Informação como entidade organizadora das Comemorações do Dia Internacional da Mulher, e que a deputada desconhece. O mesmo para a Comissão do 25 de Abril.

A deputada também pretende saber qual o ponto de situação da questão da PLANOTEJO, já que a Informação dá conta da realização uma reunião com a massa falida dessa empresa.

No que respeita à Junta de Freguesia, a deputada perguntou se era essa entidade ou a Câmara que estava a tratar dos espaços verdes. No caso de ser a primeira entidade, a deputada pretende saber se essa competência foi formalizada através da assinatura de protocolo com a Câmara e, em caso afirmativo, porque é que esse protocolo não foi apresentado em Assembleia para aprovação.

Sobre as comissões para o Dia Internacional da Mulher e para o 25 de Abril, o Presidente explicou que são comissões que já existem há muitos anos e que sempre comemoraram estas datas. Explicou ainda que durante muito tempo a organização destas comemorações cabia em conjunto à Câmara e a estas comissões, mas que durante o primeiro mandato do PS a Câmara deixou de colaborar com estas comissões. A perspectiva da nova Câmara é que estas comemorações devem voltar a ser organizadas em conjunto. Assim, por solicitação de ambas as comissões decorreram estas reuniões onde se começaram a delinear os moldes em que as comemorações deste ano decorrerão, seguindo a mesma filosofia de colaboração com todas as entidades interessadas que norteou a organização do desfile de Carnaval.

No que toca ao protocolo com a Junta de Freguesia para a manutenção dos espaços verdes, o Presidente informou que neste momento é praticamente a Junta que assegura a manutenção dos espaços verdes com alguma colaboração da Câmara. No entanto, ainda não existe protocolo, estando a Câmara a trabalhar com a Junta a redacção do mesmo no sentido de o fazer aprovar o mais rapidamente possível.

Em relação à PLANOTEJO, e para contextualizar, o Presidente explicou que a Câmara recebeu no dia 7 de Janeiro de 2010 um ofício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria que continha uma sentença relativa à acção que estava a decorrer em tribunal por parte da PLANOTEJO contra a Câmara Municipal de Alpiarça por obras efectuadas no edifício dos Paços do Concelho. A sentença, que não tem recurso porque o anterior Executivo não contestou a acção na devida altura, condenou a Câmara ao pagamento da quantia global de 81.469,00€ por trabalhos feitos e juros de mora. Como a CDU alertou na altura, a Câmara não tinha razão para o não pagamento dos trabalhos, tal como o tribunal agora veio confirmar. A juntar a este processo, existe ainda outro processo pendente que, ao que tudo indica, terá o mesmo fim que este, situação que vem agravar ainda mais a situação financeira da Câmara. A reunião com a massa insolvente da PLANOTEJO

teve como fim achar uma forma de a Câmara pagar o que a sentença ditou que a Câmara tem de pagar.

O Presidente informou ainda que, para além da dívida à PLANOTEJO, há a somar a dívida à SOMAGE relativa a uma empreitada na área da barragem, dívida também sentenciada por tribunal no valor de 349.398,00€. No que toca a esta dívida, a Câmara celebrou juntamente com a empresa um auto de conciliação em que a Câmara se comprometia ao pagamento no prazo de um mês do montante em dívida no valor de cerca de 278 mil euros e em que a empresa em questão prescindia do pagamento do valor relativo aos juros de mora. Acontece que a Câmara não cumpriu o acordo que tinha celebrado em seu benefício, pelo que agora o novo Executivo fica obrigado a pagar a dívida mais os juros que entretanto se acumularam.

A deputada Graciete Brito pronunciou-se em relação a esta última questão perguntando se o actual Executivo que fazia parte do Executivo anterior enquanto oposição não teria conhecimento deste acordo com a SOMAGE, pelo que estranha agora a surpresa com que o Presidente fala do assunto.

O Presidente afirmou, por sua vez, que o que ele acha estranho é não se terem pago as dívidas.

Intervenção do deputado João de Brito que manifestou a sua opinião de que os responsáveis por estes erros devem apresentar as suas justificações e ser chamados a responder pelo que fizeram.

Intervenção em seguida a deputada Inês D'Aguiar que concordou com o deputado João de Brito, uma vez que entende que se está a discutir um problema dramático para Alpiarça e que a sua resolução devia ser uma preocupação generalizada, embora entenda que o PS não possa partilhar esta preocupação já que foi conivente com tudo isto. Evocou ainda a afirmação da deputada Graciete Brito que atribuía maturidade à gestão do PS para contrapor essa afirmação com os factos agora apresentados.

A deputada Graciete Brito defendeu-se afirmando que apenas questionou o Executivo no sentido perceber como as coisas se tinham passado e que, como deputada eleita, estava preocupada com a resolução deste problema.

Por último, o Presidente da Câmara prestou ainda esclarecimentos relativos à adesão da autarquia ao consórcio que visa à candidatura da Cultura Avieira a Património Nacional, adesão já aprovada em Reunião de Câmara. O Presidente explicou que este foi um processo iniciado por uma associação de Alpiarça, a AIDIA, que com o tempo foi conseguindo a adesão

de várias entidades, incluindo várias câmaras municipais da zona ribeirinha do Tejo e do Instituto Politécnico do Santarém, entidade que entretanto assumiu a liderança do projecto. No que toca a Alpiarça, o aspecto mais visível deste projecto será a possibilidade de a Autarquia se candidatar por esta via a financiamento para a recuperação da Aldeia do Patacão e da Praia Fluvial.

Ponto 2 – Eleição de representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança.

O Presidente da Mesa lembrou que juntamente com a convocatória seguiu um ofício com a proposta de Mesa relativamente ao número de representantes a apresentar por cada bancada para este Conselho. O Presidente lembrou também que à Conferência de Representantes prévia a esta sessão faltou o elemento do PS, pelo que não tomou parte na proposta apresentada. Assim, a proposta para a constituição deste Conselho será de 3 elementos da Bancada da CDU, 2 da Bancada do PS e 1 da Bancada do PSD/CDS. O Presidente deu autorização para as bancadas apresentarem os seus representantes.

A Bancada da CDU propôs os seguintes nomes:

- Rui Luís Oliveira;
- Vítor Lopes;
- Celestino Brasileiro;

A Bancada do PS propôs os nomes de:

- Celso Jorge Pereira Freilão Vaz;
- Sónia Maria Figueiredo Paulo Raposo;

A Bancada do PSD propôs o nome de:

- Júlio Fernando da Silva Gameiro.

Posta à votação esta lista foi aprovada por unanimidade.

Ponto 3 – Eleição de representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio e Retalho e de Comércio por Grosso em livre serviço, nos termos da alínea b) do nº4 do art.º7 da Lei 12/2004.

O Presidente explicou que esta Comissão elege apenas um representante pela Assembleia Municipal, pelo que perguntou às bancadas se tinham algum nome a propor.

A Bancada da CDU propôs o nome da deputada municipal Paula Matias.

A Bancada do PS propôs o nome da deputada municipal Carla Raposo.

A Bancada do PSD não propôs nenhum nome, sendo que o seu representante, o deputado João de Brito, afirmou apoiar a candidata da CDU uma vez que é essa força política a força escolhida democraticamente pela população de Alpiarça para governar os destinos da Autarquia.

Havendo duas listas nominais procedeu-se à votação através de voto secreto.

Após votação apuraram-se os seguintes resultados: aprovada a lista da CDU com 10 votos, contra 6 votos para a lista do PS.

Ponto 4 – Eleição de representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Alpiarça.

O Presidente da Assembleia explicou que esta eleição decorrerá nos moldes da eleição anterior.

Assim, a Bancada da CDU apresentou o nome da deputada municipal Inês D'Aguiar.

A Bancada do PS apresentou o nome do deputado municipal Paulo Sardinheiro.

A Bancada do PSD não apresentou nenhum nome.

Após votação foi eleita como representante da Assembleia Municipal nesta comissão a deputada municipal Inês D'Aguiar com 10 votos, contra 6 votos para a lista do PS.

Ponto 5 – Apreciação e votação do Empréstimo a Longo Prazo de €267.334,14 para construção do Centro Escolar.

Sobre este ponto interveio a deputada Graciete Brito que pretendeu ver esclarecido um ponto do documento relativo a este empréstimo. A deputada distingue duas coisas que parecem confundir-se na redacção:

uma é a Câmara ter atingido o limite legal de endividamento e outra é existirem excepções que não relevam para esse limite legal. Assim, o Governo colocou à disposição das autarquias a possibilidade de excepcionalmente contraírem empréstimos para a construção destes Centros Escolares, empréstimos esses que são paralelos ao limite legal de endividamento permitido para as autarquias. A deputada pretende saber se interpretou bem os factos.

Interveio em seguida o deputado municipal João de Brito concordando com a contracção deste empréstimo.

Interveio a deputada Carla Raposo que perguntou ao Vereador Carlos Jorge Pereira a razão pela qual estranhou a ausência de resposta do Banco Espírito Santo à solicitação da Câmara.

O Vereador Carlos Jorge Pereira explicou que na altura da redacção do documento, a Câmara não tinha recebido proposta do BES, o que o Vereador estranhou uma vez que é o Banco que trabalha mais com a Câmara. No entanto, posteriormente o Vereador foi informado que o pedido não tinha sido bem canalizado e só tinha chegado depois do encerramento do prazo para a entrega das propostas.

O Presidente respondeu à questão da deputada Graciete Brito, afirmando que a interpretação da deputada estava correcta e admitindo o lapso na redacção do documento.

Posta à votação, a contracção do empréstimo foi aprovada por unanimidade.

Ponto 6 – Apreciação e votação de pedido de utilização do Brasão da Vila de Alpiarça, pela “Pastelaria Venicien, Lda.”

Havendo dois pedidos por parte da pastelaria, um para a utilização do brasão da Vila nas embalagens dos bolos, e outro para a autorização da utilização das embalagens em stock com o brasão adulterado, o Presidente da Mesa propôs que se votassem estes dois pontos em separado.

Intervenção do deputado João de Brito, que começou por lamentar que em Reunião de Câmara este pedido tenha sido aceite por unanimidade. O deputado mostrou-se desfavorável à utilização do brasão municipal em produtos de pastelaria, uma vez que entende que um brasão só deve ser utilizado quando se trata de um ex-líbris de um Concelho. O deputado evocou ainda a abertura de um precedente que pode dar azo a situações abusivas por parte de outros estabelecimentos.

A deputada Graciete Brito interveio defendendo que a utilização devida dos símbolos de Alpiarça representa uma mais-valia para o Concelho. A deputada é por isso a favor desta proposta, alegando inclusivamente que a pastelaria em causa fabrica os seus bolos no Concelho. Por último, a deputada sugeriu que, para evitar situações de utilização indevida, se devia criar um regulamento específico da forma e em que condições se poderia utilizar o brasão.

Intervenção do deputado Henrique Santana que explicou que, enquanto representante da Bancada da CDU, foi incumbido de se deslocar ao local a fim de tomar conhecimento dos factos. Assim, o deputado afirmou concordar com a proposta da Mesa de votar os dois pedidos em separado, uma vez que a Bancada da CDU nada tem a obstar à utilização devida do brasão, mas não concorda com a utilização do brasão adulterado tal como consta nas caixas que a pastelaria ainda tem em stock.

Não havendo mais inscrições, procedeu-se à votação da utilização futura do brasão na sua forma correcta por parte da pastelaria Venicien, tendo sido aprovado por maioria com 1 voto contra do deputado eleito pelo PSD/CDS.

Relativamente ao requerimento de ser utilizado o brasão adulterado até se esgotarem as caixas ainda em stock, procedeu-se igualmente à votação, tendo sido rejeitado por unanimidade.

Ponto 7 – Apreciação do Relatório Anual de 2009 – CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça.

O Presidente da Mesa sugeriu que os deputados fizessem as suas intervenções a fim de verem as suas questões esclarecidas pelos representantes desta Comissão presentes na Assembleia.

Interveio o deputado Celestino Brasileiro que referiu, a propósito do ponto 9 do documento que avalia a articulação CJCP com a Comissão Nacional, a existência de algumas classificações insuficientes. O deputado interrogou os representantes da CPCJ sobre até que ponto é que esta articulação insuficiente nalguns aspectos pode prejudicar o trabalho da CPCJ local.

A Professora Alzira Agostinho, em representação da CPCJ de Alpiarça, explicou que a classificação insuficiente no que refere ao encontro anual dos presidentes das CPCJ's nacionais se deve ao facto de esse encontro não se ter realizado. A justificação para a classificação insuficiente no acompanhamento presencial está no facto de não se ter registado nenhuma

visita ao Concelho por parte de um representante da Comissão Nacional, como estava previsto.

O deputado Celestino Brasileiro retomou a palavra para questionar sobre o sucesso e o impacto dos projectos referenciados no ponto 10 do documento.

A Professora Alzira Agostinho explicou que o projecto IPCE diz respeito à prevenção em contexto escolar e que é uma iniciativa fundamental no combate precoce ao abandono escolar, actuando no local e evitando que os casos de abandono cheguem à CPCJ.

O projecto “Conversa com Pais” é uma iniciativa destinada aos encarregados de educação que já existe desde 2008 e que tem atingido os seus objectivos no que toca à sensibilização para os assuntos tratados em cada sessão.

O projecto “Mentoria” envolve alunos do ensino secundário que acompanham os alunos que entram para o primeiro ano, permitindo assim uma inclusão e adaptação mais fácil e rápida.

Por último, o projecto “Conversa com Jovens” tem também atingido os seus objectivos na sensibilização para os problemas tratados.

Interveio em seguida o deputado Marco Silva que falou na qualidade de representante da Assembleia nesta Comissão e que manifestou a sua opinião de que futuramente este relatório devia ser apresentado por alguém que estivesse efectivamente por dentro do assunto e não por representantes da Comissão Alargada, que não acompanham o desenrolar dos projectos no terreno.

A deputada Inês D’Aguiar indagou a razão pela qual o quadro 5.3 do documento não estava preenchido.

O Presidente de Mesa sugeriu que esta questão fosse respondida noutra sessão a fim de se reunirem os dados necessários para um esclarecimento contundente.

A Professora Alzira Agostinho explicou ainda que este relatório resulta de uma aplicação informática da Comissão Nacional que apresenta algumas falhas, o que justifica algumas incorrecções ou omissões.

Por último, interveio o Presidente da Câmara que explicou que falou com o Presidente da CPCJ, o Dr. Ricardo Luciano, no sentido de ele estar presente na apresentação do relatório. Este mostrou-se indisponível porque tinha uma reunião em horário coincidente com a sessão da Assembleia Municipal, por um lado, e por outro porque entende que havendo

representantes eleitos pela Assembleia para fazer parte desta Comissão alargada, cabia-lhes a eles a apresentação do documento, pelo que delegou na professora Alzira Agostinho essa missão. O Presidente entende por seu lado que os esclarecimentos foram prestados de forma cabal pela professora Alzira Agostinho.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Procedeu-se à leitura da minuta da acta tendo sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por terminada a sessão da qual se redigiu esta acta.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente da mesa encerrada a sessão da qual se redigiu esta Acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____